

Ajustes definem perfil da economia para 1983

ROCCO BUONFIGLIO

O Brasil está tentando fazer agora, junto a seus credores, uma minirrenegociação de sua dívida externa, a qual poderá ampliar-se no próximo ano, dependendo do desempenho da economia mundial, particularmente a norte-americana. Esta é, em síntese, a opinião do professor de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) Luiz Gonçaga de Melo Belluzzo sobre os entendimentos mantidos, dia 20 último, em Nova York, entre as autoridades econômicas brasileiras e representantes dos 45 maiores bancos privados do mundo.

Para Belluzzo, o pedido — rolagem de US\$ 10 bilhões, pouco mais da metade da dívida de curto prazo dos bancos nacionais que vence ao longo de 1983; reescalonamento do prazo de vencimento de mais US\$ 4 bilhões, relativos a pouco mais da metade das amortizações da dívida de médio e longo prazo que deverá vencer durante o próximo ano, e mais um empréstimo-jumbo de 4,4 bilhões de dólares —, pela urgência com que foi feito, preocupa muito os banqueiros internacionais.

A dificuldade maior, segundo Belluzzo, refere-se à rolagem dos US\$ 10 bilhões, da dívida interbancária de curto prazo, cujo período médio de vencimento é de 180 dias. Além disso, a concessão do empréstimo novo de US\$ 4,4 bilhões poderá demorar além do prazo pedido pelos banqueiros, porque depende, basicamente, da resposta de aproximadamente mil pequenos bancos, de um total de 1.124 instituições financeiras credoras do País.

Caso as pequenas instituições financeiras não assumam o risco desse empréstimo adicional, argumenta o professor da Unicamp, os 45 bancos maiores terão de bancar o negócio sozinhos, o que, para eles, significa correr muito maior risco e, para o País, concentrar ainda mais a dívida em mãos das grandes instituições financeiras.

Assim, prevê Belluzzo, se a economia mundial recuperar-se mais lentamente do que o esperado, com óbvias consequências sobre a situação do Brasil, terá de ser feita uma renegociação ainda maior da dívida externa.

DEMORA NORMAL

No entanto, o vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), José Mindlin, acha que a demora para a resposta dos banqueiros é absolutamente normal. "A medida que os grandes forem topando, os pequenos também acabarão fazendo o mesmo", enfatiza ele.

Para o diretor da Sharp do Brasil S/A e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Yuchi Tsukamoto, a proposta brasileira de reajustamento das contas externas para 1983, submetida à apreciação dos banqueiros internacionais, prevê as seguintes necessi-

dades: déficit em conta-corrente de US\$ 6,9 bilhões, amortizações de empréstimos de US\$ 7,2 bilhões, financiamentos de exportação de US\$ 1,1 bilhão e recuperação de reservas de US\$ 1,7 bilhão, num total de US\$ 16,9 bilhões. Esses recursos deverão ser obtidos nas seguintes fontes: *bridge loans* (operações-ponte), US\$ 0,3 bilhão a menos que este ano; FMI, US\$ 2,4 bilhões; *suppliers' credits*, US\$ 4,1 bilhões; empréstimos, US\$ 9,6 bilhões, dos quais US\$ 4 bilhões em renovação; US\$ 1,2 bilhão contratados em 1982 e US\$ 4,4 bilhões a serem contratados; outros, US\$ 0,4 bilhão a menos que em 82, e US\$ 1,5 bilhão em investimentos diretos, perfazendo também um total de US\$ 16,9 bilhões.

O professor Celso Lafer, especialista em Direito Internacional e autor de vários livros sobre o tema, por sua vez, acredita que o fato de o Brasil ter recorrido ao FMI e a esperada divulgação da carta-consulta encaminhada pelas autoridades a esse organismo não enfraquecem o peso específico do País perante as demais nações, "pois as relações entre países baseiam-se na confiabilidade de suas ações tanto no plano interno como no externo".

CORTE NAS ESTATAIS

Entre as medidas de ajustamento da economia do País às exigências do FMI, a que mais preocupa empresários e economistas é o corte de 21% nos investimentos das estatais previstos para o próximo ano, além de uma redução ainda não estabelecida nos gastos de corte dessas empresas. Belluzzo acha exagerado esse corte, porque, além do desemprego direto e indireto, afetará as encomendas às indústrias fabricantes de bens de capital, "que já estão em situação difícil desde 1981". As empresas desse setor, segundo Belluzzo, correm o risco, agravado com o quadro recessivo da economia, de passarem por um processo de "sucateamento e de congelamento tecnológico".

Mindlin também reconhece que o setor de bens de capital é o que mais preocupa a indústria, pois, além da conjuntura adversa e da queda nas encomendas, causada pelo corte nos investimentos das estatais, ele está superdimensionado, havendo, em média, de cinco a seis fabricantes para cada equipamento, em comparação com a média de dois a três nos países mais industrializados. Apesar disso, ele não acha excessivo o corte nos investimentos das estatais.

Por seu lado, o diretor da assessoria econômica da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecesp), Leônidas Tinoco Netto, lamenta a falta de seleitividade no corte das despesas das estatais. Para ele, os critérios de seleitividade deveriam ter sido fixados ouvindo-se a sociedade, representada pelo Legislativo. Se isso tivesse sido feito, o governo poderia, para atenuar os efei-

tos da recessão, até redefinir as grandes obras nacionais, retardando ao máximo aquelas que, a exemplo das usinas nucleares, não tragam retorno imediato.

Outro perigo apontado por Tinoco Netto é o aumento da demanda de crédito por parte das estatais. "Limitadas em sua capacidade de captação de recursos externos pelo teto fixado em US\$ 10,6 bilhões, em comparação com os US\$ 18 bilhões captados em 1982, elas certamente voltar-se-ão para o mercado interno, disputando o crédito com as demais empresas, já bastante carentes de recursos". Por esse motivo, lembra o diretor da assessoria econômica da Fecesp, quaisquer que sejam as medidas que venham a ser tomadas pelo governo no sentido de baixar o custo do dinheiro, "será muito difícil que as taxas de juros caiam antes de seis meses".

DESEMPREGO

O corte nos gastos de custeio das estatais, de acordo com Belluzzo, também introduzirá um dado desconhecido na recessão de 1981 e na deste ano: "O nível de emprego das estatais, mantido inalterado até agora, apesar da crise prolongada, deverá diminuir, elevando, assim, o número de desempregados. Se a isso acrescentarmos uma queda do salário médio real (o total dos salários pagos dividido pelo número de assalariados), que poderá acontecer em decorrência de eventuais mudanças na lei salarial, teremos uma corrosão do poder aquisitivo, o que, por sua vez, diminuirá a demanda". Os reflexos dessa combinação de fatores adversos serão particularmente fortes sobre o comércio e os fabricantes de produtos de grande consumo.

Há, ainda, na opinião de Belluzzo, dois outros fatores recessivos, os quais, isoladamente, não têm grande peso, mas, combinados ao aumento do desemprego à diminuição do poder aquisitivo, podem agravar sensivelmente a crise. São eles: as tarifas dos serviços públicos, que serão majoradas ao longo do próximo ano acima dos níveis da inflação, e a retirada dos subsídios ao crédito agrícola. Esta última medida só será sentida em meados de 1983, quando começar a ser plantada a safra 1983/4.

Na safra 1982/83, continua Belluzzo, houve uma redução na área plantada de 5,6% na Região Centro-Sul, em virtude do excesso de chuvas em algumas áreas e da seca em outras. Os estragos maiores, contudo, foram provocados pelas chuvas, que, além de atrasarem o plantio de algumas culturas, tiraram da terra preparada para receber as sementes todo o adubo. Isso diminuirá a produtividade da atual safra, o que, aliado ao crédito mais caro na próxima, poderá elevar os preços dos principais produtos agrícolas, acrescenta.